



GUIA A SUSTENTABILIDADE ALIMENTAR NO ÂMBITO DAS ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL



FICHA TÉCNICA

Título: A Sustentabilidade Alimentar no âmbito das Estratégias de Desenvolvimento Local

Publicado no âmbito do projeto “Qualificar, partilhar e Agir – Contributos dos agentes de desenvolvimento rural para a sustentabilidade dos territórios” (PDR2020-20.2.4-FEADER-080365), apoiado pela Medida Assistência técnica RRN - Área 4 (Observação da agricultura e dos territórios rurais) do PDR2020, cofinanciado pelo Estado Português e pela União Europeia através do FEADER.

Edição: Minha Terra – Federação Portuguesa de Associações de Desenvolvimento Local

Autoria: Associação In Loco: Artur Gregório (coordenação), Filipa Guerreiro, Arlete Rodrigues, Ana Poeta

Revisão: Minha Terra – Federação Portuguesa de Associações de Desenvolvimento Local, com apoio de ferramentas de Inteligência Artificial

Fotografia de capa: Avelino Vieira, Câmara Municipal de Arouca – Arroz colaborativo de José João Rodrigues

Fotografias: Associação IN LOCO, Aldeias de Portugal, Associação Terras Dentro, entidades promotoras dos projetos/iniciativas identificadas

Design gráfico: Diogo Lencastre

Data: Março de 2025

ISBN: 978-989-98813-7-2

ÍNDICE

Nota Introdutória - Objetivo do guia	5
1. Enquadramento	6
2. Sustentabilidade alimentar na ordem do dia	7
3. Desconstruir conceitos	11
3.1 Sustentabilidade	11
3.2 Família de pegadas	12
3.3 Desperdício alimentar	13
3.4 Alimentação sustentável	13
3.5 Sustentabilidade alimentar e sistemas alimentares sustentáveis	14
4. Os sistemas alimentares sustentáveis e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	16
5. Os sistemas alimentares sustentáveis e o quadro conceptual do LEADER	19
6. Sustentabilidade alimentar nas Estratégias de Desenvolvimento Local	21
7. A Sustentabilidade Alimentar como estratégia para o desenvolvimento local (integrado e sustentável)	23
7.1 Alimentação, um facto social total	23
7.2 A Alimentação sustentável, os Sistemas Alimentares Sustentáveis e os indicadores de resultado do Plano Estratégico da Política Agrícola Comum no Continente previstos para as EDL	24
8. Implementar a sustentabilidade alimentar nas Estratégias de Desenvolvimento Local - tipologias de intervenção	26
9. Práticas e iniciativas relevantes	30
10. Conclusão	36
11. Bibliografia	37

SIGLAS E ACRÓNIMOS

ADL Associação de Desenvolvimento Local

AML Área Metropolitana de Lisboa

CESE Comité Económico e Social Europeu

DLBC Desenvolvimento Local de Base Comunitária

EDL Estratégia de Desenvolvimento Local

FAO Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura

GAL Grupo de Ação Local

LEADER Ligação Entre as Ações de Desenvolvimento da Economia Rural

ODS Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

OMS Organização Mundial de Saúde

SAS Sistema Alimentar Sustentável

UE União Europeia



NOTA INTRODUTÓRIA

OBJETIVO DO GUIA

Sendo a missão dos Grupos de Ação Local (GAL), e das Associações de Desenvolvimento Local (ADL) que os dinamizam, a conceção e implementação de estratégias de desenvolvimento territorializadas, o foco na sustentabilidade deve ser central e transversal a todos os eixos de intervenção que articulam o território e as comunidades. Entre estes, a alimentação - quer enquanto objeto de intervenção local, quer enquanto sistema territorial - tem assumido um papel estruturador cada vez mais relevante, mobilizando produtores, consumidores, entidades públicas e organizações da sociedade civil em torno de estratégias colaborativas que visam a melhoria da qualidade de vida das comunidades, através da otimização dos sistemas alimentares, numa lógica de sustentabilidade.

Neste contexto, é oportuno um esforço de aprofundamento da reflexão coletiva entre os GAL, na partilha de experiências sobre o papel dos Sistemas Alimentares Sustentáveis (SAS) nas Estratégias de Desenvolvimento Local (EDL) e o seu contributo para níveis de intervenção municipais, regionais, nacionais, comunitários e internacionais, agregando neste objetivo comum todos os setores da economia, do ambiente e da sociedade.

Deste esforço de construção coletiva das bases comuns para a implementação de SAS poderá resultar uma concertação alargada que simplifique e agilize a incorporação nas EDL dos elementos-chave que podem reforçar o papel da sustentabilidade alimentar nas estratégias territoriais a implementar. O papel dos GAL neste domínio é determinante. Desde sempre que os GAL promovem e dinamizam ações demonstrativas nas comunidades, nos mais variados domínios do Desenvolvimento Local, inspiradoras para os mais diversos destinatários. Portanto, devem ser vistos como agentes de sensibilização e consciencialização para o desenvolvimento sustentável e para a sustentabilidade alimentar.

Esta dimensão da intervenção territorial das EDL saiu reforçada dos desafios da última década: primeiro pela persistência da fome, mesmo nos países e regiões mais desenvolvidos, depois pela insegurança alimentar, a dificuldade em assegurar uma alimentação adequada, e, finalmente pela enorme vulnerabilidade produtiva e alimentar que a pandemia de COVID-19 e as múltiplas crises vieram destacar.

O guia que aqui se apresenta é um documento orientador para os GAL que pretendam integrar nas suas EDL os princípios da sustentabilidade alimentar - orientadas para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) - e que possam, assim, recapitular as noções base, os conceitos-chave e explorar diversas ferramentas de implementação, funcionando como forma de sensibilização e capacitação. No final, será possível conhecer algumas boas práticas que podem servir de inspiração no quadro das EDL.



1. ENQUADRAMENTO

A qualidade de vida nos territórios rurais, a criação de emprego, a valorização dos recursos locais e a dinamização e apoio a atividades económicas ancoradas nos territórios são prioridades centrais na generalidade das EDL. As ADL e as parcerias dos GAL estão cada vez mais sensíveis às questões da Sustentabilidade Alimentar, por diversas ordens de razões que se cruzam com estas prioridades:

- Economia local - encarada enquanto sistema, a alimentação sustentável - particularmente a organizada em circuitos curtos de abastecimento alimentar e em modos de produção sustentável - mobiliza e valoriza os recursos naturais e humanos do território, colocando-os ao serviço da comunidade local, diminuindo a dependência externa, remunerando a produção de forma justa e mantendo acessíveis os preços ao consumidor;
- Comunidade - É crescente a prioridade dada a este tema e ao seu contributo para a coesão social, traduzido na mobilização dos indivíduos, das famílias e das comunidades em torno dos estilos de vida equilibrados e dos princípios da alimentação sustentável, o que faz igualmente deste, um tópico de interesse político e de intervenção social. Em Portugal, o estilo de vida mediterrânico, reconhecido como património cultural imaterial da humanidade pela UNESCO e a alimentação mediterrânica, destacada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como das mais equilibradas do mundo, constituem uma herança milenar a preservar;
- Saúde - O consumo de produtos locais e sazonais, maioritariamente vegetais, produzidos em modos de produção sustentáveis e pouco processados, está na base do combate ao aumento generalizado das doenças alimentares, com grande impacto na qualidade de vida das comunidades;
- Biodiversidade - Sendo a perda de biodiversidade uma das principais crises antropogénicas da atualidade, a alimentação sustentável pode desempenhar um papel determinante na inversão desta tendência, que se tem agravado nas últimas décadas e que ameaça o futuro dos sistemas produtivos;
- Alterações climáticas - É elevado o contributo da produção alimentar industrial na emissão de gases com efeito de estufa, no consumo de água, na deterioração dos solos e na diminuição da biodiversidade, bem como severos são os efeitos das alterações climáticas na agricultura. Os serviços ecossistémicos têm um elevado potencial de complementaridade às atividades económicas tradicionais;
- Estilo de vida e identidade cultural - A sustentabilidade alimentar é fruto de estilos de vida mais respeitadores das identidades culturais locais e contribui para o seu fortalecimento. Em Portugal, o estilo de vida mediterrânico, fruto da posição geoestratégica e de milhares de anos de intercâmbios culturais e partilha de produtos e conhecimentos, constitui a base comum para uma multiplicidade de expressões locais que tornam únicos e admiráveis os diferentes territórios do país e que podem ser valorizadas através da intervenção dos GAL.



2. SUSTENTABILIDADE ALIMENTAR NA ORDEM DO DIA

No período entre 1950 e 2010 a população mundial triplicou e o planeta passou a ter em torno de 7 mil milhões de habitantes. Agravando este crescimento demográfico, os padrões de consumo também triplicaram e a necessidade humana de alimentação levou o planeta ao limite. Fruto da superintensificação produtiva e da globalização, massificaram-se os produtos nutricionalmente “ocós”, aumentaram os “produtos ou alimentos esquecidos”, a monotonia alimentar e o desperdício de alimentos. A alimentação é determinante para a saúde física e mental de cada pessoa. É um direito humano básico. Mas, sendo um direito básico, não terá limites? A alimentação tem sido tratada como sendo constituída por bens ativos ou mercadorias, com o fim expresso de gerar lucro para grandes grupos económicos e financeiros, sem considerar a saúde, os produtores locais, os consumidores ou a sustentabilidade.

Os sistemas alimentares globalizados, criados até então, falharam na resolução dos problemas de insegurança alimentar, fome e má nutrição de uma parte importante da população mundial e agravaram e criaram novos problemas, com a promoção de dietas de excessivo consumo calórico, à base de produtos processados ou superprocessados, com excesso de sal, açúcares e substâncias químicas, resultando o seu consumo em doenças e alterações metabólicas. Acreditam riscos para o meio ambiente como perdas de biodiversidade, água, degradação do solo e dos ecossistemas e dificuldades de subsistência dos agricultores. Por exemplo, só nos últimos 50 anos a produção alimentar causou 70% da perda de biodiversidade em terra e 50% em água doce.

Em meados da década de 70, surgiram as primeiras publicações sobre as possíveis consequências do rápido crescimento populacional tendo em conta os recursos naturais, criticando deste modo o conceito de desenvolvimento que, na época, apenas se focava na economia e não considerava as questões ambientais e ecológicas. Em 1987 é usado pela primeira vez o conceito de **desenvolvimento sustentável** como sendo:

“aquele que responde às necessidades do presente sem colocar em perigo a possibilidade de as gerações futuras poderem responder às suas²”.

Nos últimos anos, a sustentabilidade tornou-se um tema mundial, convertendo-se numa prioridade pública e política, tendo em conta a necessidade de alimentar uma população mundial em crescimento, o agravamento das alterações climáticas e as várias situações de crise que se têm vindo a verificar (e.g. pandemia de COVID-19, crises energéticas, guerras).

¹ Espécies, raças ou variedades tradicionais (ou mesmo receitas) abandonadas em detrimento de outras de maior interesse comercial. Exemplo: em 7 variedades tradicionais de cereais (trigo, milho arroz) 4 foram abandonadas. Em 15 variedades tradicionais de leguminosas, 10 foram abandonadas. Fonte (BPGV-INIAV)

² Relatório de Brundtland “O nosso futuro comum”



Ilustração 1 - Os desafios da atualidade



Fonte: Adaptado de Terra Futura - Agenda de Inovação para a Agricultura 20|30 (Ministério da Agricultura, 2020)
https://www.gpp.pt/images/Terra_Futura/Brochura_Completa.pdf?fbclid=IwAR1-jm0CWxbtVEk-23SsIX9Yx1rLWcqHoolfny5MoxVfVNoWiWwAPK1cl4

As legislações europeias e portuguesas têm unido esforços para dar espaço aos sistemas alimentares locais (Quadro 1). Foram criadas e implementadas políticas e estratégias nacionais, regionais e locais que estabelecem a ligação entre o ambiente, a alimentação e a produção alimentar. No entanto, sem a mudança comportamental de consumidores, retalhistas e decisores, muito pouco ou nada mudará.

Quadro 1 - Exemplos de legislação europeia e nacional que promove a sustentabilidade alimentar

<p>ODS Agenda 2030 - UE (2016)</p> <p><i>Abordagem da União Europeia para a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.</i></p>	<p>https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/sustainable-development-goals_pt</p>
<p>Acordo de Paris (neutralidade carbónica) - UE (2016)</p> <p><i>Tratado internacional juridicamente vinculativo sobre as alterações climáticas, assinado em 2015, com o objetivo de limitar o aumento da temperatura global a 1,5°C em comparação com os níveis pré-industriais.</i></p>	<p>https://unfccc.int/process-and-meetings/the-paris-agreement</p>
<p>Plano de Ação para a Economia Circular em Portugal (2017)</p> <p><i>Resolução que define as diretrizes e os objetivos estratégicos para a transição do país para um modelo económico mais sustentável, que visa a valorização máxima dos recursos e a minimização dos resíduos.</i></p>	<p>https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/resolucao-conselho-ministros/190-a-2017-114337039</p>
<p>Transferência de competências para os municípios (2018)</p> <p><i>Lei-quadro que estabelece a transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais.</i></p>	<p>https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/50-2018-116068877</p>
<p>Estratégia do Prado ao Prato - UE (2020)</p> <p><i>Iniciativa da União Europeia que visa criar um sistema alimentar justo, saudável e amigo do ambiente, que garanta a segurança alimentar e a transição para uma produção e consumo sustentáveis, da agricultura à mesa do consumidor.</i></p>	<p>https://commission.europa.eu/document/cac217cc-ca81-4d6b-abcf-d14343aefc5b_pt</p>
<p>Estratégia Nacional para as Compras Públicas Ecológicas (2020)</p> <p><i>Resolução que define o enquadramento para que as entidades públicas portuguesas, ao adquirirem bens e serviços, considerem critérios ambientais de forma sistemática, promovendo a sustentabilidade e a inovação tecnológica.</i></p>	<p>https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/resolucao-conselho-ministros/38-2016-75060358</p>



<p>Pacto Ecológico Europeu - UE (2021)</p> <p><i>Conjunto de políticas lançado pela Comissão Europeia em 2019 com o objetivo de tornar a Europa o primeiro continente com impacto neutro no clima até 2050.</i></p>	<p>https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=CELEX:32021R1119</p>
<p>Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (2021)</p> <p><i>Resolução que regulamenta a estratégia que visa garantir que a população portuguesa tenha, em todas as circunstâncias, acesso físico e económico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos, promovendo hábitos alimentares saudáveis e sistemas de produção sustentáveis.</i></p>	<p>https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/resolucao-conselho-ministros/132-2021-171183636</p>
<p>Alteração do Código de Contratação Pública para permitir ajuste direto de bens alimentares (2021)</p> <p><i>Lei que aprova medidas especiais de contratação pública e altera o Código dos Contratos Públicos, com incidência na aquisição de bens alimentares.</i></p>	<p>https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/30-2021-163728569</p>
<p>Plano Estratégico da Política Agrícola Comum - UE (2022)</p> <p><i>Legislação que define as regras de financiamento da PAC para o período 2023-2027.</i></p>	<p>https://www.consilium.europa.eu/pt/policies/cap-introduction/cap-future-2020-common-agricultural-policy-2023-2027/</p>
<p>Parecer do Comité Económico e Social Europeu "Rumo a um conselho europeu de política alimentar/ sistemas alimentares sustentáveis" NAT/892 - UE (2023)</p> <p><i>Parecer que propõe que a União Europeia estabeleça um Conselho Europeu de Política Alimentar, uma estrutura que promova uma abordagem mais coordenada e integrada para a política alimentar, envolvendo todas as partes interessadas, como agricultores, empresas, ONG e consumidores.</i></p>	<p>https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52023IE0895</p>
<p>Resolução do Conselho de Ministros n.º 132/2023, sobre critérios ecológicos em contratos públicos</p> <p><i>Resolução que define os critérios ecológicos aplicáveis à celebração de contratos por parte das entidades da administração direta e indireta do Estado.</i></p>	<p>https://files.diariodarepublica.pt/1s/2023/10/20700/0002600041.pdf</p>

A "Estratégia do Prado ao Prato" apresentada em 2020, elemento fundamental do Pacto Ecológico Europeu, vem reforçar a importância e a urgência de implementar estes sistemas, com o objetivo de tornar o sistema alimentar justo, saudável e respeitador do meio ambiente (ilustração 2).

Ilustração 2 - Estratégia do Prado ao Prato



Fonte: Adaptado de Cultivar para o futuro: apostar em políticas mais sustentáveis (Proteína Verde)
<https://proteinaverde.pt/cultivar-para-o-futuro>



No início de 2023, o Comité Económico e Social Europeu (CESE) emitiu um parecer, como parte da estratégia, com o objetivo de rumar a um conselho europeu de política alimentar como novo modelo de governação no futuro quadro da UE para sistemas alimentares sustentáveis, com as seguintes conclusões e recomendações:

“1.1 O sistema alimentar da União Europeia (UE) está numa encruzilhada, enfrentando uma crise multifacetada composta por diversos desafios ambientais, climáticos, sanitários e sociais ligados entre si. Tendo em conta a urgência da crise do sistema alimentar e a necessidade de uma rápida mudança de comportamentos, o CESE considera que o seu apelo para a criação de um «conselho europeu de política alimentar» é mais oportuno do que nunca.

1.2 O CESE considera que tal conselho contribuiria para uma abordagem mais integrada e participativa da elaboração de políticas alimentares, aceleraria a harmonização das políticas a nível local, nacional e da UE e, sobretudo, aumentaria a qualidade e a legitimidade da política alimentar da UE. Além disso, contribuiria para promover um desenvolvimento rural e urbano mais sustentável e equilibrado.

1.3 O CESE saúda o anúncio de um quadro da UE para sistemas alimentares sustentáveis, que lançará as bases para as mudanças sistémicas que todas as partes interessadas terão de realizar ao longo de toda a cadeia de valor. Salienta que a Comissão deve apresentar sem demora, ainda no mandato em curso, uma proposta de quadro para dar resposta aos desafios dos sistemas alimentares de modo oportuno, tendo presente que qualquer atraso pode pôr em risco o êxito da Estratégia do Prado ao Prato. Exorta a Comissão a assumir o compromisso de associar as partes interessadas e a sociedade civil de forma estruturada à nova governação do quadro para sistemas alimentares sustentáveis e assinala que a ideia de um conselho europeu de política alimentar seria pertinente nesse contexto.”

Alinhado com esta visão, Portugal desenhou o Plano de Ação para Economia Circular, o Plano de Ação para a Neutralidade Carbónica e um conjunto de outros instrumentos para apoiar a aquisição de produtos locais através das compras públicas (Ex: Estratégia Nacional Compras Públicas Ecológicas, lei nº 34/2019 que suporta a aquisição de Produtos Locais pelas cantinas e refeitórios públicos e a Resolução do Conselho de Ministros n.º 132/2023, que define os critérios ecológicos aplicáveis à celebração de contratos públicos).

Em pouco mais de 10 anos, partiu-se de uma situação em que apenas havia duas ou três iniciativas meritórias de destaque em Portugal, para um cenário em que diversas regiões estão a desenvolver Sistemas Alimentares Territoriais (municipais ou regionais), em que se avaliou de forma muito positiva a primeira fase dos planos de salvaguarda da Dieta Mediterrânica e em que diversas regiões de norte a sul, já estão a realizar os respetivos planos de ação.

Por outro lado, várias entidades como a Direção-Geral da Educação, a Direção-Geral da Saúde, as Administrações Regionais de Saúde, a Associação Portuguesa de Nutrição e outras, têm trabalhado e realizado campanhas em parceria com outras entidades (entre elas, as ADL), para contribuir para o aumento do nível de consciência sobre a qualidade alimentar e alimentação sustentável por parte dos consumidores.



3. DESCONSTRUIR CONCEITOS

A alimentação tem um papel fundamental no desenvolvimento local e no combate à degradação ambiental e dos recursos naturais, pelo que promover e praticar uma maior sustentabilidade alimentar implica recuperar para a modernidade os princípios subjacentes a boas-práticas ancestrais de produção e consumo alimentar baseadas no conhecimento e no respeito pelo território. Desta forma, é importante adotar em primeiro lugar uma melhor perceção dos conceitos-chave inerentes à sustentabilidade alimentar, pois uma consolidação destes conceitos pode facilitar o processo de integração da sustentabilidade alimentar nas EDL.

3.1 SUSTENTABILIDADE

A Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) define sustentabilidade como:

“práticas que permitam garantir os direitos do homem, satisfazendo as necessidades presentes e futuras, sem causar danos irreversíveis no ecossistema e sem comprometer o futuro das gerações vindouras.”

O desenvolvimento sustentável visa melhorar as condições de vida de todos, preservando-se o meio envolvente a curto e a longo prazo, tendo como objetivo um desenvolvimento economicamente eficaz, socialmente equitativo e ecologicamente sustentável. Tal implica um uso razoável dos recursos do planeta e a preservação das espécies e dos habitats naturais.

A sustentabilidade é um conceito multidimensional que engloba três grandes pilares: social, ambiental e económico. Juntos e em equilíbrio asseguram a sobrevivência do planeta, enquanto permitem um desenvolvimento sustentável em todas as esferas.

- Resiliência económica: O caminho para um desenvolvimento sustentável envolve a capacidade de investir em atividades que permitam o desenvolvimento da economia sem impactar negativamente o meio ambiente e a sociedade. Este investimento inteligente gera valor para todo o sistema, aumenta a redistribuição justa desse valor e diminui das externalidades externas não contabilizadas, normalmente ambientais e sociais;
- Integridade ambiental: Um desenvolvimento sustentável inclui um conjunto de práticas que visam preservar o meio ambiente, reduzindo impactos ambientais e promovendo a sustentabilidade em todas as atividades humanas. As sociedades deveriam conseguir prosperar em conjunto com a natureza e não à conta da mesma com a degradação dos seus sistemas naturais e a redução da biodiversidade. Cada vez mais se fala em práticas regenerativas, que devolvem à natureza mais do que necessitam para se concretizarem;
- Socialmente equitativo: Um desenvolvimento sustentável pressupõe a promoção da igualdade de direitos e oportunidades para todos, fomentando um maior equilíbrio e justiça na distribuição da riqueza e acesso aos recursos e serviços essenciais a uma vida digna.

Pensados estes três eixos como círculos que se intersectam, é na área onde eles se cruzam e se sobrepõem que se devem situar as metas da sustentabilidade – proteger o meio ambiente, melhorar as questões sociais e colher benefícios económicos.



Alguns dos principais desafios do desenvolvimento sustentável são:

- **Conhecimento & Consciencialização** - Informar e educar a sociedade sobre a importância da sustentabilidade e as ações necessárias para a alcançar;
- **Políticas públicas** - Criar políticas que incentivem práticas sustentáveis, que controlem atividades que impactam negativamente o meio ambiente e estimulem as que têm impacto nulo ou positivo;
- **Custos** - O custo inicial de infraestrutura e equipamentos pode ser alto para indivíduos, organizações e empresas, mas os períodos de retorno são normalmente curtos e a inovação e a criatividade podem contribuir para soluções exequíveis e adaptadas a cada escala.

3.2 FAMÍLIA DE PEGADAS

Existem vários indicadores para medir a sustentabilidade. Por exemplo, a família de pegadas: Pegada Ecológica, Pegada de Carbono e Pegada Hídrica – permitem uma representação de múltiplos aspetos das consequências e impactos das atividades humanas sobre o capital natural.

- Pegada Ecológica³ – Compara a biocapacidade do planeta com a necessidade de recursos naturais por parte da sociedade. Esta metodologia reconhecida internacionalmente foi desenvolvida pela Global Footprint Network.

Analisar a pegada ecológica de cada cidadão a nível nacional permite compreender de que forma os recursos mundiais estão a ser consumidos. As diferentes pegadas ecológicas devem-se aos diferentes estilos de vida e padrões de consumo, incluindo a quantidade de comida, bens e serviços que os cidadãos consomem, os recursos naturais que utilizam e o dióxido de carbono emitido para a produção dos bens e serviços consumidos.

- Pegada de Carbono⁴ – Mede as emissões de carbono por uma pessoa, empresa, atividade, evento, organização ou governo.

A emissão do dióxido de carbono é a principal causa da intensificação do efeito estufa e, consequentemente, do aquecimento global. Analisar a pegada de carbono permite fazer a reflexão sobre toda a cadeia de atividades que emitem este gás.

- Pegada Hídrica⁵ - Mede e analisa a quantidade de água doce utilizada na produção de bens e serviços, bem como o volume de água consumido por cada indivíduo.

A pegada hídrica é dividida em três tipos: azul, verde e cinzenta.

- Pegada hídrica azul: mede o volume de água dos rios, lagos e lençóis freáticos utilizados na irrigação, processamentos diversos, lavagens e refrigeração.
- Pegada hídrica verde: está relacionada com a água das precipitações, como chuvas e neves, utilizada no crescimento das plantas.
- Pegada hídrica cinzenta: mede o volume de água necessário para a diluição de um determinado poluente até que ele volte às condições aceitáveis e cumpra com os padrões de qualidade estabelecidos.

³ Calculadora para a tua pegada ecológica: <https://www.footprintcalculator.org/sponsor/FR/pt>

⁴ Calculadora para a tua pegada de carbono: <https://www.carbonfootprint.com/calculator.aspx>

⁵ Calculadora para a tua pegada hídrica: <https://ech2o.aprh.pt/peghidrica/pt/index.php>



3.3 DESPERDÍCIO ALIMENTAR

Outro problema grave relacionado com os sistemas alimentares e a sustentabilidade, já mencionado anteriormente neste guia, é o desperdício alimentar. De acordo com a FAO:

“Desperdício alimentar refere-se às perdas derivadas da decisão de descartar alimentos que ainda têm valor e associa-se, principalmente, ao comportamento dos retalhistas, serviços de venda de alimentos e consumidores.”

A FAO distingue o desperdício alimentar da perda de alimentos. A perda de alimentos ocorre mais cedo na cadeia de abastecimento, antes de chegar aos retalhistas e consumidores, e é causada por problemas durante a produção, transporte ou armazenamento.

Esta problemática (perdas e desperdício) é transversal a toda a cadeia alimentar, da produção à transformação, passando pela comercialização e terminando com o consumo, gerando elevados custos sociais, económicos e ambientais (é um grande contribuinte para o agravamento das alterações climáticas). Cerca de um terço dos alimentos produzidos anualmente para consumo humano são perdidos ou desperdiçados a nível mundial. Estima-se que o desperdício alimentar na UE é de 88 milhões de toneladas por ano, ou seja, 20% dos alimentos produzidos são desperdiçados.

Em Portugal, cerca de 1 milhão de toneladas de produtos alimentares são desperdiçadas anualmente, o que se traduz em 97 quilos de comida desperdiçada por cidadão.

O ODS 12 - Garantir padrões de consumo e de produção sustentáveis - tem como meta reduzir o desperdício global de alimentos na produção e consumidores e reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reutilização. Mundialmente existem várias estratégias e planos com esta meta, nomeadamente a Estratégia do Prado ao Prato⁶ para um sistema alimentar justo, saudável e respeitador do ambiente.

3.4 ALIMENTAÇÃO SUSTENTÁVEL

A FAO descreve a alimentação saudável e sustentável como uma alimentação que:

“apresenta baixo impacto ambiental, contribui para a segurança alimentar e nutricional da população, bem como para a saúde das gerações presentes e futuras. (...) protege e respeita a biodiversidade e os ecossistemas, é culturalmente aceitável, acessível e economicamente justa. Sob ponto de vista nutricional é adequada, segura e saudável, e simultaneamente otimiza os recursos naturais e humanos.”

A alimentação saudável e sustentável deve então estar relacionada com um consumo alimentar variado, resgatando alimentos, preparações e hábitos culturais tradicionais. Os alimentos devem ser produzidos e processados na região, por agricultores familiares, de maneira agroecológica, comercializados de uma forma justa, aproximando a produção do consumo (circuitos curtos). Estes alimentos também devem ser isentos de contaminantes físicos, biológicos ou químicos que causem malefícios a todos os envolvidos, de maneira aguda ou crónica.

⁶ A Estratégia «do Prado ao Prato» é um elemento fundamental do Pacto Ecológico Europeu e funciona em concertação com a estratégia de biodiversidade da UE para 2030



3.5 SUSTENTABILIDADE ALIMENTAR E SISTEMAS ALIMENTARES SUSTENTÁVEIS

De acordo com a FAO, a sustentabilidade alimentar refere-se à disponibilidade, acessibilidade e utilização de alimentos nutritivos e seguros. Esses alimentos devem ser produzidos de forma ambientalmente sustentável (que proteja e respeite a biodiversidade e o ecossistema, permitindo otimizar os recursos naturais e humanos), apoiar os sistemas alimentares e as economias locais. O objetivo da sustentabilidade alimentar é criar sistemas alimentares sustentáveis, que são descritos, por esta organização, da seguinte forma:

“Sistemas alimentares sustentáveis são sistemas alimentares que oferecem segurança alimentar e nutricional para todos de forma que as bases económicas, sociais e ambientais para gerar segurança alimentar e nutricional para as gerações futuras não sejam comprometidas.”

O sistema alimentar é uma realidade complexa e multifacetada (Ilustração 3), definida como um amplo sistema feito de todos os processos e infraestruturas envolvidos na alimentação de uma população que vão desde o cultivo, a colheita, o processamento, a embalagem, o transporte, a comercialização, o consumo, a distribuição e desperdício de alimentos e itens relacionados com alimentos.

Ilustração 3 - Elementos que participam dos sistemas alimentares



Fonte: Adaptado de Food systems and value chains: definitions and characteristics (FAO, 2020)

<https://www.fao.org/climate-smart-agriculture-sourcebook/production-resources/module-b10-value-chains/chapter-b10-2/es/>

Os sistemas alimentares têm um forte impacto a nível ambiental. Dados deste século reportam que a produção alimentar é responsável por:

- Utilizar 40% da superfície terrestre;
- Utilizar 70% da água doce do planeta;
- 19% a 29% das emissões de gases com efeito de estufa

O efeito de estufa é um fenómeno natural, que retém os raios infravermelhos na superfície terrestre para manter o planeta aquecido e garantir a manutenção da vida (caso contrário a temperatura média em muitos locais seria significativamente mais baixa). Contudo, o grande aumento da emissão de gases com efeito de estufa proveniente das atividades humanas têm provocado um agravamento deste fenómeno, tornando-o uma ameaça para a natureza, ao comprometer ecossistemas e provocar mudanças climáticas.



A produção agrícola contribui para a maioria dos impactos ambientais relativos à produção mundial de alimentos. Efetivamente, estima-se que a quantidade de gases com efeito de estufa provenientes da atividade agrícola e pecuária, associados à mudança de utilização dos terrenos, excede a quantidade dos resultantes da produção de energia e dos transportes. Estima-se que os gases com efeito de estufa produzidos pelo setor agrícola constituam cerca de 22% do total das emissões globais, uma contribuição semelhante à das indústrias e maior do que a do setor dos transportes. A produção animal, só por si, contribui com perto de 80% das emissões do setor.

Os sistemas alimentares da agricultura convencional, por exemplo, ocupam 75% das regiões temperadas e tropicais do mundo e têm a sua produtividade associada ao uso de produtos químicos, adubos, água, energia e alto custo ambiental, assim como perdas da produção.

A mudança dos sistemas alimentares globais é necessária para alcançar os ODS, o Acordo Climático de Paris, bem como outras metas municipais, nacionais e internacionais. Neste momento já se antecipam grandes desafios interrelacionados, incluindo mitigar a insegurança alimentar, efeitos das alterações climáticas, perda de biodiversidade, desnutrição, desigualdade, esgotamento de recursos naturais e problemas de saúde evitáveis. Os impactos ambientais e a saúde do sistema alimentar global aumentarão no futuro se as tendências históricas na produção, nas escolhas alimentares e o crescimento da população continuarem.

Tendo em vista o forte impacto dos sistemas alimentares a nível ambiental, torna-se premente promover dietas que sejam não só saudáveis, mas que tenham o menor impacto ambiental possível.

Os sistemas alimentares devem começar com o desenvolvimento de práticas agrícolas regenerativas, com circuitos curtos de abastecimento de alimentos com menor pegada, com a adoção de dietas sustentáveis e através da redução do desperdício de alimentos em todo o sistema.





4. OS SISTEMAS ALIMENTARES SUSTENTÁVEIS E OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Os SAS englobam todas as atividades e infraestruturas envolvidas no abastecimento alimentar, desde a produção e transformação até ao consumo e gestão de resíduos. Estes são considerados sustentáveis quando geram resultados que promovem a segurança alimentar e a nutrição para todos, de uma forma que não compromete as bases económicas, sociais e ambientais das gerações futuras.

Os SAS desempenham um papel crucial na realização de muitos dos 17 ODS. A sua abordagem integrada e sistémica permite gerar resultados positivos a vários níveis.

O Quadro 2 resume a forma como os SAS contribuem para cada ODS:

Quadro 2 - Impacto dos SAS nos ODS

<p>1 ERRADICAR A POBREZA</p>	<p>Erradicar a pobreza:</p> <p>Os SAS promovem cadeias de valor mais justas, que garantem as remunerações devidas aos produtores e que fortalecem as economias locais. Ao criarem empregos dignos na produção, transformação e distribuição de alimentos, os SAS contribuem diretamente para o aumento do rendimento e para a redução da pobreza nas comunidades rurais.</p>
<p>2 ERRADICAR A FOME</p>	<p>Erradicar a fome:</p> <p>Este é o ODS mais diretamente ligado aos SAS. Ao promoverem práticas agrícolas que são simultaneamente ambientalmente corretas, economicamente viáveis e socialmente justas, os SAS asseguram uma produção de alimentos resiliente e contínua. Esta abordagem não se foca apenas na quantidade de alimentos produzidos, mas também na sua qualidade nutricional, diversificando as dietas e combatendo a má-nutrição. Além disso, ao reduzirem o desperdício, ao melhorarem o acesso aos alimentos e ao empoderarem os pequenos agricultores, os SAS contribuem diretamente para a segurança alimentar, garantindo que todas as pessoas, especialmente as mais vulneráveis, têm acesso a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano.</p>
<p>3 SAÚDE DE QUALIDADE</p>	<p>Saúde de qualidade:</p> <p>Os SAS baseiam-se no consumo de alimentos frescos, sazonais e minimamente processados, promovendo dietas mais saudáveis e equilibradas, que previnem doenças associadas à má nutrição, como a obesidade e doenças cardiovasculares. Para além disso, ao reduzir-se o uso de pesticidas e fertilizantes químicos, minimiza-se a exposição a substâncias nocivas, que têm impactos negativos na saúde.</p>
<p>4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE</p>	<p>Educação de qualidade:</p> <p>No contexto dos SAS é promovida a educação sobre nutrição, agricultura sustentável e o impacto das escolhas alimentares na saúde, no planeta, na economia e nas comunidades. Estes conteúdos educativos podem ser integrados nos currículos escolares e nas campanhas de sensibilização, capacitando os cidadãos para fazerem escolhas mais informadas.</p>
<p>5 IGUALDADE DE GÉNERO</p>	<p>Igualdade de género:</p> <p>As mulheres desempenham um papel fundamental na produção alimentar, mas muitas vezes enfrentam desigualdades no acesso à terra, crédito, informação e tecnologia. Os SAS procuram empoderar as mulheres agricultoras, garantindo-lhes direitos iguais e acesso a recursos, o que fortalece a sua autonomia económica e o seu papel de liderança nas comunidades.</p>



6 ÁGUA POTÁVEL
E SANEAMENTO



Água potável e saneamento:

A agricultura convencional é uma das principais consumidoras de água. Os SAS, associados a práticas agrícolas mais sustentáveis, fazem uso de técnicas de irrigação mais eficientes, com melhor uso da água e menor contaminação dos recursos hídricos, face à redução de agroquímicos, protegendo a qualidade e a quantidade de água disponível.

7 ENERGIAS
RENOVÁVEIS
E ACESSÍVEIS



Energias renováveis e acessíveis:

A produção e o processamento de alimentos requerem muita energia. Os SAS incentivam a adoção de fontes de energia renovável nas explorações agrícolas e na indústria alimentar, como a energia solar e eólica, promovendo a eficiência energética ao longo de toda a cadeia de abastecimento. Para além disso, o uso inteligente de resíduos alimentares para energia pode fortalecer a circularidade e a sustentabilidade dos sistemas alimentares.

8 TRABALHO DIGNO
E CRESCIMENTO
ECONÓMICO



Trabalho digno e crescimento económico:

Ao criar empregos justos e seguros em todas as fases da cadeia alimentar e ao fortalecer as economias locais, os SAS fomentam um crescimento económico inclusivo e sustentável. Os SAS combatem o trabalho precário na agricultura, garantindo melhores condições de emprego. Para além disso a valorização da produção resulta numa remuneração justa do trabalho dos produtores, o que não sucede nos modelos agroalimentares baseados na grande distribuição.

9 INDÚSTRIA,
INOVAÇÃO E
INFRAESTRUTURAS



Indústria, inovação e infraestruturas:

Os SAS impulsionam a inovação tecnológica no setor alimentar, como o desenvolvimento de tecnologias de agricultura de precisão, cadeias de frio eficientes e soluções para reduzir o desperdício alimentar. Assim, é melhorada a produtividade e promovida a segurança alimentar e a resiliência das explorações.

10 REDUZIR AS
DESIGUALDADES



Reduzir as desigualdades:

Os SAS promovem cadeias de valor mais curtas e diretas, que favorecem a produção local e o acesso aos mercados pelos produtores de menor escala. Isto ajuda a reduzir as desigualdades económicas entre agricultores e grandes distribuidores e garante o acesso a alimentos nutritivos a populações vulneráveis.

11 CIDADES E
COMUNIDADES
SUSTENTÁVEIS



Cidades e comunidades sustentáveis:

A melhoria das relações rural-urbano pode ser um dos objetivos dos SAS, fomentando o abastecimento alimentar de proximidade nas cidades, recorrendo às áreas periurbanas e rurais mais próximas. Isto reduz a dependência de longas cadeias de abastecimento e cria sinergias entre os territórios, promovendo a sustentabilidade.

12 PRODUÇÃO
E CONSUMO
SUSTENTÁVEIS



Produção e consumo sustentáveis:

No lado da produção, os SAS promovem práticas agrícolas que minimizam o uso de recursos como água e energia, evitam a degradação dos solos e reduzem a utilização de pesticidas, o que resulta numa produção mais eficiente e menos poluente. No lado do consumo, incentivam escolhas alimentares mais conscientes, como o consumo de produtos sazonais e locais, e o combate ao desperdício alimentar, tanto a nível doméstico como em toda a cadeia de abastecimento. Desta forma, os SAS funcionam como um modelo essencial para transformar a forma como produzimos, distribuímos e consumimos alimentos, garantindo que o fazemos de uma maneira que respeita os limites do planeta e as necessidades das futuras gerações.

13 AÇÃO
CLIMÁTICA



Ação climática:

A agricultura e a produção de alimentos são responsáveis por uma parte significativa das emissões de gases de efeito de estufa. Os SAS promovem práticas agrícolas que sequestram carbono no solo, reduzem as emissões de metano da pecuária e diminuem a necessidade de transporte de alimentos, contribuindo para a mitigação e adaptação às alterações climáticas.



Proteger a vida marinha:

A pesca insustentável é uma ameaça aos ecossistemas marinhos. Os SAS promovem a pesca e a aquicultura sustentáveis, que evitam a sobrepesca e a destruição de habitats. A redução da poluição agrícola (pesticidas e fertilizantes) que chega aos rios e oceanos também protege a vida marinha.



Proteger a vida terrestre:

Os SAS promovem uma agricultura que protege a biodiversidade, evitando a desflorestação para criar terrenos agrícolas e incentivando a rotação de culturas e a agrofloresta. Estas práticas ajudam a restaurar e a proteger os ecossistemas terrestres e a biodiversidade.



Paz, justiça e instituições eficazes:

A segurança alimentar é um fator de estabilidade social. A escassez de alimentos pode levar a conflitos. Os SAS, ao garantirem o acesso a alimentos nutritivos para todos, contribuem para a paz e para a coesão social. Além disso, a sua construção exige políticas e instituições que atuem de forma transparente e justa.



Parcerias para a implementação dos objetivos:

A transição para os SAS é uma tarefa complexa que exige a colaboração de todos: governos, setor privado, sociedade civil, agricultores e consumidores. Os SAS promovem e beneficiam de parcerias e cooperação a nível local, nacional e global para mobilizar recursos, partilhar conhecimento e criar sinergias, contribuindo para alcançar os ODS.



5. OS SISTEMAS ALIMENTARES SUSTENTÁVEIS E O QUADRO CONCEPTUAL DO LEADER

Os princípios basilares da abordagem LEADER alinham-se de forma intrínseca com a construção de sistemas alimentares sustentáveis e resilientes.

A **abordagem "bottom-up"** é um dos pilares do LEADER, consistindo na identificação pelas próprias comunidades das suas necessidades e potencialidades específicas e das formas de lhes dar resposta. Esta característica é vital para desenvolver soluções alimentares verdadeiramente adaptadas ao contexto local. Ao invés de impor soluções de cima para baixo, o LEADER capacita os atores locais a conceberem e implementarem as estratégias que melhor se adequam à sua realidade e expectativas, promovendo a apropriação e a eficácia das intervenções.

O **desenvolvimento integrado e multissetorial** é fundamental para abordar a complexidade dos sistemas alimentares. Estes sistemas exigem ações coordenadas em múltiplas frentes — agricultura, comércio, saúde, ambiente, educação, entre outras — para serem verdadeiramente sustentáveis. A capacidade dos GAL de fomentar parcerias entre diferentes setores e atores permite uma abordagem holística que reconhece as interdependências entre a produção de alimentos, a saúde pública, a economia local e a proteção do ambiente, entre outros setores/atividades.

A **inovação**, um princípio central do LEADER, permite a exploração de novas soluções para os desafios alimentares. Isto pode variar desde o apoio à adoção de práticas agrícolas mais eficientes e com menor impacto nos recursos, até ao desenvolvimento de novos produtos de valor acrescentado a partir de subprodutos agroalimentares. A inovação no contexto do LEADER encoraja a experimentação e a adaptação, essenciais para a transformação dos sistemas alimentares.





A **cooperação e a criação de redes** são cruciais para a partilha de boas práticas, experiências e conhecimentos. Os vários projetos promovidos no quadro da medida da Cooperação LEADER demonstram como a colaboração entre GAL e outros atores pode amplificar o impacto das intervenções e disseminar soluções eficazes. Outro exemplo é a RNAES – Rede Nacional para a Alimentação Equilibrada e Sustentável, um projeto que procura a partilha de conhecimentos entre territórios, a capacitação, a monitorização e a comunicação conjunta.

A **identidade local**, um pilar da abordagem LEADER pode ser um motor poderoso para a sustentabilidade alimentar, ao valorizar produtos endógenos e práticas tradicionais. O LEADER enfatiza a identidade e as especificidades dos territórios. A sustentabilidade alimentar, por sua vez, beneficia da valorização de produtos locais, sazonais e de variedades tradicionais. Ao focar-se na identidade, os GAL podem promover a agrobiodiversidade local, fortalecer as cadeias curtas que ligam produtores a consumidores locais e valorizar conhecimentos tradicionais. Esta abordagem não só contribui para a segurança alimentar e a resiliência, mas também reforça o capital social e cultural da comunidade, criando um círculo virtuoso entre identidade, economia e sustentabilidade.

Os contributos dos GAL para a construção de sistemas alimentares locais sustentáveis incluem o financiamento direto a projetos, com apoios a fundo perdido a iniciativas que promovem a produção, processamento, distribuição e consumo de alimentos locais e sustentáveis, o apoio a cadeias curtas agroalimentares e a mercados locais, com incentivos à criação e dinamização de modelos de comercialização de proximidade (venda direta, mercados de produtores, plataformas online, etc.), apoios à transição para agricultura biológica e a adoção de práticas sustentáveis, com a atribuição de apoio financeiro e técnico para a transição e manutenção da produção de alimentos em modo de produção biológicos e outras práticas agrícolas de baixo impacto ambiental, apoios à redução do desperdício alimentar, com financiamento de projetos que visam prevenir e reduzir o desperdício em todas as fases da cadeia (produção, distribuição, consumo), incluindo educação e sensibilização, ações de capacitação e formação, em várias áreas relacionadas com a alimentação, criação de redes e cooperação, dinamização de parcerias locais, regionais e transnacionais, desenvolvimento de plataformas para troca de conhecimento e experiências e iniciativas de valorização de produtos endógenos e património alimentar.



6. SUSTENTABILIDADE ALIMENTAR NAS ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

O Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC) é um instrumento territorial, através da qual são implementadas atualmente as EDL concebidas pelas parcerias territoriais, os GAL, com uma estreita ligação ao tecido social, económico e institucional de cada território e tem como objetivos promover, em territórios específicos, a concertação estratégica e operacional entre parceiros.

Incorporando a abordagem LEADER, o instrumento DLBC é consubstanciado nas estratégias definidas pelo GAL numa lógica de intervenção própria, com objetivos, ações e operações que permitem responder a necessidades específicas através da valorização das potencialidades e dos recursos do território de intervenção do GAL e que são enquadradas por programas financiadores.

Através da EDL, também se pretende uma resposta à falta de oportunidade de emprego nas zonas rurais e à pobreza, através da dinamização económica local, da revitalização dos mercados locais e da sua articulação com territórios próximos, através da diversificação das economias locais, do estímulo à inovação social e ao empreendedorismo em territórios desfavorecidos, economicamente fragilizados ou de baixa densidade populacional.

O método de execução do DLBC — hoje já algo distante dos princípios fundadores — assenta no estabelecimento de parcerias locais com forte ligação ao território e às comunidades.

São efetivamente os GAL, a atuar nos territórios rurais e periurbanos, que podem apoiar a implementação de estratégias alimentares sustentáveis focalizadas no empreendedorismo e na criação de postos de emprego, nomeadamente:

- através da dinamização e diversificação económica de base local (apoio à criação de novas empresas ou pequenos negócios ou a expansão de micro e pequenas empresas já existentes, designadamente na área da valorização e exploração de recursos endógenos, que sejam geradores de novos empregos);
- na revitalização dos mercados locais e da sua ligação com mercados mais amplos;
- na conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural nos territórios rurais (incluindo variedades, raças e receita);
- na animação territorial, incluindo aqui as ações de sensibilização e educação alimentar, enquanto ferramentas das estratégias de promoção da literacia alimentar.

A mobilização das comunidades locais para o desenvolvimento do território é uma característica primordial do DLBC, através do incentivo à participação na definição e implementação de EDL que reconheçam as necessidades, as potencialidades e as especificidades desses mesmos territórios. Esta ligação em rede entre todos os atores do território de intervenção - e entre GAL - é um fator importante para reforçar o objetivo comum de desenvolvimento local sustentável.

A abordagem LEADER pode gerar valor acrescentado sob a forma de aumento do capital social, de melhoria da governação, e melhores resultados e impactos decorrentes da implementação das EDL⁷. Sendo a sustentabilidade a temática na ordem do dia, e envolvendo sistemicamente todas as dimensões importantes para as populações, os territórios e todo o planeta, faz todo o sentido os GAL considerarem a sustentabilidade alimentar uma dimensão importante a ser incluída nas EDL e trabalhadas com as populações nos seus territórios.

⁷ Guia de apoio à monitorização e avaliação do valor acrescentado do LEADER (Federação Minha Terra, 2025). Disponível em: <https://leader.minhaterra.pt/guia-de-apoio-a-monitorizacao-e-avaliacao-do-valor-acrescentado-do-leader.T30.php>



“A sustentabilidade global, não é feita com meia dúzia de pessoas a serem perfeitamente sustentáveis, é com milhões de pessoas serem imperfeitamente sustentáveis.”

Autor desconhecido

A integração da sustentabilidade alimentar nas EDL pode ir além da simples inclusão de projetos ou iniciativas isolados sobre a temática, mas antes servindo, através de uma estratégia integrada, de catalisador para a "re-localização" e "re-socialização" dos sistemas alimentares. Quando a sustentabilidade alimentar é um objetivo estratégico das EDL, ela não é apenas um tema isolado, mas um desígnio do território através da qual todo o desenvolvimento local pode ser abordado. A menção à "re-localização" da alimentação, ligando-a à agricultura local, à natureza rural e aos recursos naturais, sugere que as EDL podem ativamente reverter a tendência de globalização alimentar, que muitas vezes desvincula os consumidores da origem dos seus alimentos. Ao promover cadeias curtas e valorizar o património local, as EDL não só impulsionam a economia local, mas também fortalecem os laços sociais e a confiança entre produtores e consumidores. Este processo cria um sistema alimentar mais resiliente, enraizado na comunidade e capaz de responder de forma mais eficaz às necessidades e desafios locais.





7. A SUSTENTABILIDADE ALIMENTAR COMO ESTRATÉGIA PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL (INTEGRADO E SUSTENTÁVEL)

7.1 ALIMENTAÇÃO, UM FACTO SOCIAL TOTAL

A alimentação é uma necessidade universal e um direito humano básico, e todos os processos associados à alimentação, anteriormente descritos, têm logicamente um impacto enorme no desenvolvimento local sustentável.

Além de suprimir as necessidades das pessoas, a alimentação é responsável por gerar empregos, fomentar a economia local, preservar a cultura alimentar e proteger o meio ambiente. Uma estratégia de alimentação saudável e sustentável pode, portanto, ter efeitos multiplicadores na promoção do desenvolvimento sustentável local.

Como referido anteriormente: *“o desenvolvimento vai para além do crescimento económico, alargando os seus horizontes para o nível ambiental social e político. A especificidade de cada região, de cada sociedade é tida em conta. Os recursos endógenos e as características de cada comunidade são valorizadas e são elas que vão constituir a base do processo de desenvolvimento. A comunidade é envolvida e levada a participar ativamente nesse desenvolvimento, contribuindo assim para a própria melhoria das suas condições de vida. Constrói-se desta forma, um modelo de desenvolvimento adequado à especificidade de cada região ou comunidade”* (Poeta, 2017).

Também, Fragoso (2005) considera que: *“parece evidente que as crises se sentem de forma mais nítida a nível local, é aí que as pessoas trabalham é aí que se sentem as terríveis consequências do desemprego ou da pobreza e é também no local que qualquer esboço de reação pode pretender uma certa eficácia”*.

Assim, com base nas premissas anteriores e apesar dos inúmeros benefícios, a implementação de uma estratégia de alimentação sustentável para o desenvolvimento local pode enfrentar obstáculos e desafios diversos, tais como: barreiras socioeconómicas, falta de infraestruturas, ausência de políticas públicas adequadas, resistências culturais, falta de cooperação entre atores locais, são alguns dos obstáculos que podem dificultar ou impedir a implementação de uma estratégia de alimentação sustentável numa qualquer região.

Esta perspetiva da alimentação, transversal e aglutinadora, advém da sua dimensão holística muito própria, ao mesmo tempo diversa e multifacetada mas em simultâneo operando como “cimento” social, cozendo e cerzindo território, práticas, ideologias e funções, o que se aproxima da definição de facto social total, conceito explorado por Mauss e que se pode revelar de extrema importância na definição das estratégias de desenvolvimento territorial. *“Nestes fenómenos sociais totais...,... exprimem-se ao mesmo tempo, e de uma só vez, todas as espécies de instituições: religiosas, jurídicas e morais – e estas políticas e morais ao mesmo tempo; económicas – e estas supõem formas particulares da produção e do consumo”* (Mauss, 2001).



7.2 A ALIMENTAÇÃO SUSTENTÁVEL, OS SISTEMAS ALIMENTARES SUSTENTÁVEIS E OS INDICADORES DE RESULTADO DO PLANO ESTRATÉGICO DA POLÍTICA AGRÍCOLA COMUM NO CONTINENTE PREVISTOS PARA AS EDL

O Plano Estratégico da Política Agrícola Comum no Continente prevê um conjunto de indicadores de resultado a mobilizar pelas Estratégias de Desenvolvimento Local no âmbito do LEADER. No ponto seguinte, ilustra-se como a alimentação sustentável e os SAS, dão contributos óbvios e bastante diretos para estes indicadores de resultados:

- R.37 Crescimento e emprego nas zonas rurais
Pretende-se que os GAL contribuam para aumentar o número de empregos criados e mantidos no âmbito de projetos da PAC. Os GAL podem direcionar os apoios para iniciativas que promovem cadeias curtas, a produção sustentável, a valorização de produtos endógenos e o empreendedorismo no setor agroalimentar. Ao fazer isto, não só geram oportunidades de trabalho, mas também contribuem para a resiliência das economias locais, a redução da pegada ecológica e a preservação do património cultural e natural, demonstrando que a criação de emprego e o desenvolvimento sustentável são objetivos que se reforçam mutuamente nas zonas rurais;
- R.39 Desenvolver a economia rural
O objetivo é aumentar o número de empresas rurais, incluindo empresas do setor da bioeconomia, desenvolvidas com apoios da PAC. Ao apoiar o empreendedorismo, os GAL introduzem inovação, diversificação e eficiência nas zonas rurais. No caso das empresas agroalimentares, ao investir na transformação, na valorização de subprodutos, na produção de energias renováveis ou na adoção de práticas de redução de resíduos, as empresas reforçam a circularidade, reduzem impactos ambientais e melhoram a resiliência das cadeias de produção e de distribuição alimentar. Em paralelo, geram emprego, mantêm população nos territórios rurais e aproximam produtores e consumidores, garantindo alimentos mais acessíveis, sazonais e saudáveis;
- R.40 Transição inteligente da economia rural
Este resultado relaciona-se com o apoio a estratégias de “Smart Villages”. A transição inteligente traduz-se na digitalização, inovação e diversificação da economia rural — desde a agricultura de precisão até modelos de negócio baseados na bioeconomia e na economia circular. Estes avanços permitem otimizar recursos (água, energia, solo), reduzir perdas e desperdício, valorizar subprodutos agroalimentares, melhorar a rastreabilidade e garantir maior segurança alimentar. Ao mesmo tempo, promovem proximidade e inclusão, reforçando cadeias curtas, criando novas oportunidades de emprego e estimulando a fixação de população no território. As “Smart Villages” podem funcionar como laboratórios vivos onde tecnologia, cooperação e bioeconomia convergem para tornar os sistemas alimentares mais circulares, resilientes e justos;
- R.41 Interligar a Europa rural
O objetivo é melhorar o acesso da população rural a serviços e infraestruturas graças ao apoio da PAC. Ao apoiar a produção agroalimentar, a PAC não só ajuda a manter as economias locais, como também sustenta a rede de transportes e serviços essenciais. Quando estas infraestruturas são utilizadas para ligar produtores a consumidores através de cadeias curtas e mercados locais, a qualidade de vida nas zonas rurais aumenta e a resiliência alimentar é reforçada. Em última análise, este modelo integrado garante que os investimentos em infraestruturas e serviços não só melhoram o bem-estar social, mas também contribuem ativamente para uma produção alimentar mais sustentável, justa e ecologicamente responsável em toda a Europa;
- R.42 Promover a inclusão social
A promoção da inclusão social pelo PEPAC traduz-se em oportunidades para jovens, mulheres e grupos vulneráveis participarem ativamente na economia rural, através de emprego,



empreendedorismo e acesso a apoios específicos. Esta integração não só melhora a qualidade de vida das populações locais — garantindo rendimentos, serviços de proximidade e maior coesão comunitária — como também fortalece os sistemas alimentares sustentáveis. Ao criar condições para que mais pessoas participem nas cadeias de produção, transformação e distribuição alimentar, favorece-se a oferta de alimentos locais, frescos e nutritivos, reduzindo dependências externas e promovendo cadeias curtas. Além disso, a inclusão social incentiva práticas colaborativas e modelos de governança participativa, que alinham os interesses da comunidade com os princípios da sustentabilidade ambiental, económica e social;

- R.9 Modernização das explorações agrícolas
O propósito é o apoio, através da PAC, à reestruturação, modernização e eficiência no uso dos recursos pelas explorações agrícolas. A modernização das explorações agrícolas, quando orientada para a eficiência no uso de recursos (água, energia, solo, nutrientes), contribui diretamente para os SAS. Tecnologias de precisão, rega inteligente, energias renováveis e práticas agroecológicas permitem reduzir desperdícios, aumentar a produtividade, com menor pegada ambiental e valorizar subprodutos. Isto reforça a sustentabilidade ambiental, garante alimentos mais seguros e acessíveis, melhora a viabilidade económica das explorações e promove a resiliência social das comunidades rurais. Assim, modernização e eficiência tornam-se alavancas essenciais para alinhar a produção agrícola com os princípios de circularidade, segurança e justiça que definem os SAS;
- R.10 Melhor organização da cadeia de abastecimento
O objetivo é incentivar a adesão dos produtores a agrupamentos e organizações, mercados locais, cadeias curtas e regimes de qualidade. A organização dos produtores reforça o poder de negociação, melhora a estabilidade económica e facilita o investimento em práticas mais sustentáveis. Os circuitos curtos e os mercados locais reduzem desperdícios e emissões associadas ao transporte, aproximam produtores e consumidores e aumentam o acesso a alimentos locais, frescos e nutritivos. Já os regimes de qualidade garantem confiança, rastreabilidade e valorização dos produtos, promovendo dietas mais saudáveis e maior rendimento para os agricultores. Em conjunto, estes mecanismos tornam a cadeia alimentar mais eficiente, justa e resiliente, em plena sintonia com os objetivos dos SAS;
- R.15 Energia renovável proveniente da agricultura, da silvicultura e de outras fontes renováveis
Pretende-se aumentar a sustentabilidade dos territórios, a partir da produção de energias renováveis e de bioenergia. A produção e utilização de bioenergia a partir de resíduos agrícolas e florestais aumenta a eficiência no uso de recursos, reduz a dependência de combustíveis fósseis e contribui para a mitigação das alterações climáticas, diminuindo a pegada de carbono das cadeias alimentares. Ao mesmo tempo, cria novas fontes de rendimento para agricultores e gestores florestais, fortalecendo a viabilidade económica das explorações e diversificando a economia rural. Além disso, a valorização de subprodutos agrícolas e florestais através da bioenergia reforça a circularidade dos sistemas produtivos, transformando desperdício em valor. Assim, o uso de renováveis e bioenergia não é apenas uma resposta energética, mas um pilar essencial para tornar os sistemas alimentares mais resilientes, circulares e sustentáveis.



8. IMPLEMENTAR A SUSTENTABILIDADE ALIMENTAR NAS ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL - TIPOLOGIAS DE INTERVENÇÃO

O contributo para SAS no quadro das EDL pode resultar de projetos apoiados pelos GAL no quadro das medidas de apoio que gerem e para isso é importante refletir esta preocupação aquando da definição dos critérios de seleção dos projetos nos concursos nas diferentes tipologias previstas no LEADER, mas também de iniciativas de animação territorial, cooperação e trabalho em rede protagonizadas e/ou estimuladas pelos próprios GAL.

Há um conjunto de intervenções que podem ser apoiadas pelos GAL ou abordadas em projetos de cooperação. Para além disso, outras temáticas e abordagens podem ser exploradas através de outros programas, contribuindo para a concretização dos objetivos definidos para as EDL, ainda que executadas ao abrigo de outros instrumentos de apoio.

A lista de tipologias que se segue não é exaustiva e é meramente exemplificativa de iniciativas que podem ser apoiadas e/ou desenvolvidas no quadro das EDL.

- **Agricultura de baixo carbono:** A agricultura e a silvicultura desempenham um papel fundamental na sustentabilidade, nomeadamente no combate às alterações climáticas através da absorção do carbono da atmosfera. Os GAL podem incluir nas suas EDL a promoção/incentivo e apoio no processo de adaptação de práticas agrícolas que contribuam para a captura de carbono da atmosfera e a sua fixação de forma sustentável nos solos ou na biomassa. Essas práticas podem incluir, na agricultura, as mais variadas formas de agroecologia, nomeadamente a agricultura regenerativa, a agricultura biológica, a permacultura, a produção integrada e a Agricultura Familiar, assim como ações concretas como a plantação de sebes ou de árvores, o cultivo de leguminosas, a utilização de espécies e variedades locais tradicionais, a utilização de culturas secundárias e de culturas de cobertura, a agricultura de conservação e a preservação de turfeiras, e, no caso da silvicultura, a florestação ou a reflorestação com espécies autóctones.
- **Conselhos locais de alimentação:** Um dos grandes obstáculos à implementação de um sistema alimentar local é a governança e a sua operacionalização a vários níveis. Existem lacunas nas políticas nacionais e europeias que podem ser minimizadas pela criação de Conselhos de locais/regionais de alimentação, integrando os atores relevantes (produtores locais, autarquias, representantes da sociedade civil, comunidade escolar, etc.). Estes “grupos de trabalho” podem ser uma forma de colmatar esta falha e promover o diálogo entre produção e consumo e a participação de toda a comunidade na elaboração e implementação de políticas públicas para a alimentação sustentável. Os GAL, pela sua natureza de parcerias locais, podem ter um papel importante na sensibilização para a importância da criação e dinamização dos conselhos de alimentação e pôr a sua experiência ao serviço da governança destes conselhos.
- **Compostagem comunitária:** A compostagem permite reduzir a quantidade de resíduos nos aterros e nos contentores, da mesma forma que permite o reaproveitamento de matéria orgânica e potenciar recursos. É um destino mais nobre para os resíduos, pois promove sua reciclagem transformando-os em adubo orgânico e devolvendo à matéria orgânica seu papel natural de fertilizar os solos. Em simultâneo, melhora a qualidade dos solos, ar e água, ao promover a redução da utilização de fertilizantes químicos e, conseqüentemente, estimula a biodiversidade. Pelo facto de a degradação de resíduos orgânicos ser um processo natural, a reciclagem deste tipo de resíduo pode ser feita em qualquer escala (da doméstica à indus-



trial) e de diversas formas, das mais baratas e tecnologicamente simples às mais complexas. A compostagem comunitária pode-se definir como uma ação conjunta que visa trazer para comunidade a responsabilidade da gestão de seus resíduos orgânicos, contribuindo não só para o aumento da consciência ambiental comunitária, bem como para o empoderamento das comunidades. Neste âmbito, as EDL podem incluir o planeamento de compostagem comunitária em territórios ou de sistemas de recolha seletiva de resíduos orgânicos destinados à compostagem e posterior aproveitamento na agricultura. Por outro lado, as EDL também podem apostar em atividades/momentos de sensibilização da comunidade para a importância da compostagem e de formação no sentido de capacitar os utilizadores de compostores para a correta deposição dos resíduos e adoção de comportamentos sustentáveis, que promovam uma atividade sustentável, racional e eficiente na utilização dos recursos, traduzindo-se na prática, em modelos de conduta sustentáveis, na lógica da economia circular.

- **Cozinhas industriais comunitárias:** Estas cozinhas são um espaço de uso partilhado, ao serviço da comunidade de produtores que não têm condições para a preparação ou transformação dos seus produtos em espaço licenciado próprio. Estas infraestruturas possuem equipamento base e todos os requisitos necessários, para a criação de novos produtos alimentares preparados ou transformados, com base em alimentos locais, ajudando no desenvolvimento de novos negócios locais legais, com garantias de segurança alimentar, além de promoverem a partilha de conhecimentos, a utilização mais eficiente dos equipamentos apoiados e a socialização em torno da alimentação. Se não existir nenhuma cozinha comunitária no território do GAL, a EDL pode prever e estimular a criação de novas cozinhas comunitárias, em cooperação com as autarquias locais (municípios/juntas de freguesia) ou outro membro do GAL. Caso no território abrangido pela EDL já exista alguma cozinha comunitária, poderá ser feito um trabalho de especialização em funções deficitárias e a promoção do espaço através da realização de workshops demonstrativos de utilização de produtos locais, como forma de divulgação e demonstração do potencial de recursos endógenos, visitas e ações de capacitação sobre temáticas relacionadas com a sustentabilidade alimentar, para produtores e transformadores no domínio alimentar, em projetos promovidos pelo próprio GAL.
- **Equipamentos públicos ou privados de utilização coletiva:** Muitas produções têm um volume produtivo pequeno, quer por limitação dos recursos disponíveis, quer por opção do seu responsável, que pretende manter o controlo sobre a qualidade, a quantidade ou o método produtivo. E são muitos os produtos que se podem exemplificar, desde o azeite, ao queijo, ao mel... Nestes casos, não é economicamente viável a montagem dos sistemas de transformação em cada unidade produtiva, abrindo-se caminho para sistemas compactos, possivelmente móveis, que possam processar lotes de pequena dimensão, na exploração ou na sua proximidade, assegurando o cumprimento normativo da legislação aplicável e processando com absoluto controlo de qualidade e origem os produtos em causa. Fruto de estreita cooperação com a academia, estes equipamentos podem ser de génese ou exploração pública, ou privada.
- **Centros de agrupamento e distribuição da produção local:** Uma das principais dificuldades dos pequenos agricultores e criadores prende-se com a falta de capacidade no agrupamento da pequena produção, na preparação, acondicionamento, embalagem e na distribuição dos seus produtos. Assim, é uma necessidade generalizada a criação de pequenos centros de concentração e conservação, com embalagem sustentável e distribuição até ao consumidor final, individual ou coletivo. Além de apoiar a produção local, criará postos de trabalhos, fortalecendo a economia local. Ecologicamente, será mais sustentável, uma vez que a pegada ecológica será menor. O papel dos GAL neste objetivo é central, quer na mobilização de recursos para a sua concretização, quer no levantamento dos recursos disponíveis numa plataforma e na dinamização de figuras de gestão destes equipamentos.



- **Feiras agroecológicas:** Organização e dinamização de mercados periódicos (semanais, quinzenais ou mensais) de alimentos produzidos por agricultores da região, podem ser incluídas nas EDL como forma de promover escoamento de produtos locais na região e contribuir para o aumento da produção, fortalecendo a economia local e circular.
- **Festivais e cartas Gastronómicas:** Dinamização de recolhas de tradições alimentares, produtos e eventos que tem como principal objetivo apresentar e celebrar a diversidade da cultura alimentar (gastronomia) da região promovendo a diversidade da alimentação regional/local. Com isto, pretende-se a promoção da cultura alimentar, o desenvolvimento do turismo sustentável e gastronómico da região, valorizando os produtores locais e colocando na ribalta os pequenos segredos da gastronomia das regiões. Exemplos de sucesso como a Feira da Maçã Bravo de Esmolfe, o Festival da Batata Doce em Aljezur, o Festival do Chicharro em Alvaiázere ou a Feira da Dieta Mediterrânica e muitos outros eventos que são passíveis de replicação ou de serem fontes de inspiração.
- **Animação Territorial & Gabinete de apoio ao agricultor:** Fornecimento de recursos e assistência técnica para o cultivo de alimentos em modos de produção sustentável, que vão ao encontro das necessidades locais. Criando gabinetes de apoio direto aos pequenos agricultores, e não somente na partilha e apoio nas pesquisas de medidas de financiamento, mas apoiando e promovendo a sua integração em redes de produtores locais, apoio nas vendas, legalização, utilização de novas ferramentas tecnológicas tanto para a produção como para a promoção dos seus produtos. Esta função de animação territorial, estendida a todas as dimensões relevantes para a ativação dos recursos locais e a sua organização em projetos e iniciativas de desenvolvimento local sustentado deve ser um elemento central da EDL, apoiada especificamente e não apenas com os recursos da gestão administrativa do GAL.
- **Hortas Comunitárias:** Apoiar a organização, capacitação e disponibilização de talhões para o desenvolvimento de hortas comunitárias, principalmente em zonas urbanas e periurbanas, em que os participantes colaboram no cultivo e na colheita dos seus alimentos, produzidos localmente e sazonalmente. Estas iniciativas contribuem para a promoção de segurança alimentar das famílias envolvidas, estimulam a educação alimentar, o contacto com a natureza (principalmente nos mais jovens) e a convivência comunitária, que cada vez se encontra mais enfraquecida.





- **Matadouros móveis:** Com o aumento da procura de produtos de maior qualidade, com modos de produção tradicionais, tem crescido a procura de carne de raças autóctones e produzidas em pequena escala. O recurso a matadouros móveis, além de contribuir para o bem-estar animal, apoia a valorização de raças autóctones, aumenta a viabilidade das pequenas explorações e dinamiza a economia local. Tal como já muitos GAL preconizaram, a inclusão de equipamentos de utilização coletiva/partilhada nas EDL e o acompanhamento/consultoria à sua dinamização poderá facilitar o processo de montagem do projeto, animação e capacitação dos utilizadores sobre a legislação em vigor e os processos produtivos necessários.
- **Orçamentos participativos:** Um orçamento participativo é um processo em que cada cidadão é chamado a apresentar propostas e a decidir sobre uma parte do orçamento municipal (ou outro, pode ser uma escola, uma entidade). Os orçamentos participativos promovem políticas consolidadas, integradas num sistema de participação que contribui para uma cidadania ativa, informada e responsável. Este é um mecanismo de democracia participativa que permite aos cidadãos influenciar ou decidir sobre os orçamentos, através de processos da participação da comunidade. Uma comunidade poderá, por exemplo, aprovar hortas comunitárias, jardins alimentares ou outra tipologia de atividade que contribua para o SAS que considere importante para as políticas alimentares de uma comunidade ou de uma região. O GAL, mesmo que no contexto da respetiva EDL não tenha apoios diretos para estes processos, pode constituir-se como uma plataforma de apoio, facilitando e mediando os processos participativos, assim como animando as iniciativas emergentes.
- **Literacia Alimentar:** Elaboração e dinamização de planos de ação de sensibilização e capacitação para a alimentação sustentável, de forma a conseguir uma estratégia forte para a implementação da alimentação sustentável ao nível local. É de grande importância desenvolver ações de sensibilização, capacitação e de esclarecimentos para e com todos os atores locais, decisores políticos, técnicos de locais, comunidade escolar, público em geral, produtores locais, entre outros. Nessas ações podem ser abordadas e exploradas as diferentes temáticas (ex: sustentabilidade alimentar, sistemas alimentares sustentáveis, alimentação sustentável, dieta mediterrânica) de forma a conseguir alcançar um maior número de pessoas e para que estas passem a ser detentoras de informação e conhecimento que lhes possibilite tomadas de decisão e escolhas mais ponderadas, saudáveis e sustentáveis (“comer é um ato político”). É imprescindível maior sensibilização para a sustentabilidade alimentar e todas as temáticas inerentes.
- **Rede de produtores locais:** Intimamente ligado com a implementação de um SAS, é fundamental mapear e caracterizar toda a capacidade produtiva instalada e potencial, bem como as necessidades da alimentação “social” (cantinas escolares, Instituições Particulares de Solidariedade Social, entidades públicas, etc...) e estabelecer parcerias entre produção e consumo pois esta é uma forma de garantir a oferta de alimentos frescos e saudáveis na comunidade, além de fortalecer a economia local. Estes tipos de iniciativas são de índole transversal e o GAL é uma excelente plataforma para a sua implementação e dinamização.
- **Sistema Alimentar Sustentável:** O desenvolvimento local pode ser fortalecido por meio do estabelecimento de sistemas alimentares sustentáveis, fortalecendo a economia local, promovendo a segurança alimentar, protegendo o meio ambiente e preservando a cultura local. Um SAS implementado apoia os pequenos agricultores, face à capacidade das grandes empresas agroindustriais, oferece ao mercado alimentos diferenciados, mais saudáveis e produzidos com respeito pelo ambiente. Este processo de produção, distribuição e consumo de alimentos, considera a preservação dos recursos naturais (água e solo), a equidade social e o bem-estar animal. Estes sistemas devem ser monitorizados e avaliados com frequência de modo a garantir que os seus objetivos de sustentabilidade estão a ser alcançados. Para tal é necessário garantir uma boa capacidade de governança do SAS implementado, tendo recursos humanos disponíveis para esta tarefa. Mais do que um projeto a apoiar na EDL, este tipo de iniciativas podem ser verdadeiras estratégias de mobilização do território, protagonizadas pelo GAL, estimulando e aproximando produtores e indivíduos, famílias e comunidades, em torno de uma alimentação saudável, sustentável e acessível, baseada nos princípios da Dieta Mediterrânica.



9. PRÁTICAS E INICIATIVAS RELEVANTES

Em seguida apresentam-se diversas iniciativas que, felizmente, já ocorreram ou estão a decorrer no país. Todas as iniciativas apresentadas são meritórias e têm ou tiveram resultados positivos na mudança de comportamento e são replicáveis ou inspiradoras de outras a desenvolver/apoiar.



À Noite no Mercado

Esta iniciativa desenvolvida pela Câmara Municipal de Mértola e a Associação de Empresários do Vale do Guadiana tem como objetivo Sensibilizar a comunidade local e os visitantes para a prática de uma alimentação local, sazonal, limpa e sã! Em cada iniciativa é abordada uma temática associada à alimentação ou um produto local. Para facilitar a conversa são convidados especialistas ou produtores locais, num esforço comum de capacitar a comunidade para um consumo mais crítico e consciente.

<https://www.mertolafuturelab.com/blog/portfolio/a-noite-no-mercado/>



Cozinha Comunitária de Salir

Este espaço de uso partilhado, criado pela Câmara Municipal de Loulé, está ao serviço da comunidade de produtores, permitindo aos que não têm condições para a transformação dos seus produtos, em espaço licenciado próprio, utilizar a infraestrutura com um equipamento base e todos os requisitos necessários, bem como a sua colocação no mercado, em pequenas quantidades.

<https://cm-loule.pt/pt/noticias/21518/%E2%80%9Ccozinha-partilhada-de-salir%E2%80%9D-inscricoes-abertas-para-utilizacao-de-equipamento.aspx>



Hortas-Floresta nas Escolas

Trata-se de uma iniciativa da Câmara Municipal de Mértola, em parceria com a Escola Profissional ALSUD, a Associação Terra Sintrópica e a Life in Syntropy que procura sensibilizar crianças, dos 6 aos 10 anos de idade, para modos de produção alimentar, compatíveis com mitigação e adaptação às mudanças climáticas.

<https://www.mertolafuturelab.com/blog/portfolio/horta-floresta-nas-escolas/>



Hortas e Compostagem na Escola

Promovida pela Junta de Freguesia dos Olivais, em Lisboa, esta iniciativa pretende promover a educação ambiental. As crianças exploram a sua relação com a natureza e os impactos que as suas ações podem causar a nível ecológico, fazendo com que as mesmas criem hábitos sustentáveis e ecologicamente corretos.

<https://olivais.pt/wp-content/uploads/2023/02/projeto-horta-compostagem.pdf>



Iniciativa Km0 Alentejo

Este projeto da Universidade de Évora visa potenciar o consumo de produtos agroalimentares de origem local, e também a produção e transformação dos mesmos, contribuindo para a diversidade e resiliência dos sistemas alimentares e para a valorização dos produtos locais.

<https://www.km0alentejo.pt/>



Os Quintais das Praças do Pinhal

Promovidos pela Pinhal Maior – Associação de Desenvolvimento do Pinhal Interior Sul, consistem em mercados realizados de forma rotativa pelos concelhos do território de intervenção do GAL. O objetivo é dinamizar a produção local no território, caracterizado pela baixa densidade.

<https://www.facebook.com/quintaisnaspracas>



Programa de Sustentabilidade na Alimentação Escolar (PSAE)

Esta é uma iniciativa da Câmara Municipal de Torres Vedras de promoção da gestão eficiente e ambientalmente sustentável da prestação do serviço de fornecimento de refeições escolares.

<https://www.cm-tvedras.pt/educacao/saude-e-alimentacao/programa-de-sustentabilidade-na-alimentacao-escolar>



PROVE – Promover e Vender

Nascido por iniciativa da ADREPES – Associação de Desenvolvimento Regional da Península de Setúbal, o PROVE está hoje presente por todo o país. O objetivo é contribuir para o escoamento de produtos locais, fomentando as relações de proximidade entre quem produz e quem consome, estabelecendo circuitos curtos de comercialização entre pequenos produtores agrícolas e consumidores, com recurso às TIC (plataforma PROVE).

<http://www.prove.com.pt/www/>



Revolução das Minhocas - Vermicompostagem

Promovido pela Associação Revolução das Minhocas, o objetivo desta iniciativa é ajudar pessoas e organizações a transformar os resíduos da cozinha em fertilizantes naturais, com recurso à compostagem com minhocas – vermicompostagem - no interior de casa ou no trabalho.

<https://revolucaodasminhocas.pt/>



Semente

Este projeto da Associação In Loco procura desenhar e implementar com os habitantes de cinco bairros uma estratégia de capacitação para a autodeterminação alimentar. Inclui a instalação de duas “Horta Urbanas” comunitárias e demonstrativas para 50 moradores dos bairros

<https://www.facebook.com/SementeTavira>



Terras de Cascais – Juntos pelas raízes

Iniciativa da Empresa Municipal do Ambiente de Cascais – Cascais Ambiente, o objetivo deste projeto é promover a produção local de alimentos, em modo biológico e com impacto social. Começou em 2009 com a criação das primeiras Hortas Comunitárias. Desde então, a ideia de cultivar a terra ganhou cada vez mais adeptos e o projeto expandiu-se. Hoje, para além das hortas comunitárias, existem hortas associativas, hortas de

produção e de integração social, hortas nas escolas, pomares comunitários, vinhas comunitárias e uma vinha de grande escala para a produção de Vinho de Carcavelos Biológico - a Vinha do Mosteiro de Santa Maria do Mar.

<https://ambiente.cascais.pt/pt/terrasdecascais/terras-cascais>



AproximaR – Produzir e Consumir Localmente

Liderado pela Confederação Nacional das Cooperativas Agrícolas e do Crédito Agrícola de Portugal, C.C.R.L. (CONFAGRI), este projeto procurou criar instrumentos de apoio à criação de Circuitos Curtos Agroalimentares, nas modalidades de cabazes, mercados locais de produtores, fornecimento à restauração coletiva e venda na exploração.

<https://aproximar.rederural.gov.pt/>



Legucon

Este projeto da Universidade Católica Portuguesa – Centro Regional do Porto tem como objetivo promover o aumento da produção de leguminosas e diversificar explorações agrícolas.

<https://legucon.pt/>



Programa de sensibilização e informação sobre sustentabilidade alimentar

Este programa é implementado pela Associação Portuguesa de Nutrição e visa aumentar a reflexão e a consciencialização sobre a sustentabilidade alimentar nos adolescentes.

<https://sustentabilidadealimentar.apn.org.pt/>



Sistemas Alimentares Sustentáveis

Promovido pela AMAL – Comunidade Intermunicipal do Algarve, este projeto tem como propósito a implementação de um sistema de compras públicas agregadas da produção local para abastecimento de instituições locais e regionais, como por exemplo escolas e Instituições Particulares de Solidariedade Social, entre outras.

<https://amal.pt/atividades/recursos-endogenos/sistemas-alimentares-sustentaveis>





FoodLink – Rede para a Transição Alimentar na Área Metropolitana de Lisboa

Esta rede de entidades com incidência na Área Metropolitana de Lisboa (AML) pretende contribuir para a transição alimentar na Área Metropolitana de Lisboa, fomentando o abastecimento alimentar de forma sustentável, segura e justa a partir de circuitos curtos de proximidade. A rede Foodlink, coordenada pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS), reúne cerca de 30 parceiros públicos, privados e da academia, tendo como objetivo específico garantir que até 2030, 15% do

aprovisionamento alimentar da AML seja feito localmente recorrendo a modelos de agricultura mais ecológicos, soluções inovadoras no ordenamento do território, circuitos alimentares de proximidade e promovendo a Dieta Mediterrânica e a literacia alimentar.

<https://www.ccdr-lvt.pt/ordenamento-do-territorio/foodlink-rede-para-a-transicao-na-aml/>



RNAES

A RNAES – Rede Nacional para a Alimentação Equilibrada e Sustentável – é um movimento nacional que liga pessoas, entidades e territórios com um objetivo comum: garantir que todas as comunidades tenham acesso a uma alimentação saudável, sustentável e próxima dos seus recursos locais. Através de 22 projetos espalhados pelo país, aposta-se na valorização dos alimentos locais, na redução do desperdício e na promoção

da Dieta Mediterrânica como base de bem-estar, saúde e cultura.

<https://www.rnaes.pt/> | <https://www.pratocerto.pt/rnaes-rede-nacional-para-alimentacao-equilibrada-e-sustentavel>



Cávado - “CÁVADO COM...SABOR”

<https://cavadocomsabor.atahca.pt/>



Ave - Promover a alimentação equilibrada e sustentável, a dieta mediterrânica e combater o desperdício alimentar no território do Ave

<https://www.daquintaogarfo.com/>



Médio Tejo - LA&DMMT | Literacia Alimentar & Dieta Mediterrânica no Médio Tejo

<https://www.pratocerto.pt/la-dmmt-literacia-alimentar-dieta-mediterranica-no-medio-tejo>



Alentejo Litoral - Alimentação Saudável no Litoral Alentejano

<https://www.pratocerto.pt/alimentacao-saudavel-no-litoral-alentejano>



Alto Tâmega - Alimentação Segura no Alto Tâmega

<https://www.pratocerto.pt/alimentacao-segura-no-alto-tamega-e-barroso>



Baixo Alentejo - TerrAlimenta - Transição para um Sistema Alimentar Territorializado

<https://www.pratocerto.pt/terralimenta>



Área Metropolitana de Lisboa - AML ALIMENTA

<https://www.aml.pt/iniciativas/aml-alimenta/>



Douro - Promoção da Alimentação Saudável e Sustentável no Douro
<https://alimentacaosaudaveldouro.dourosuperior.pt/>



Lezíria do Tejo - ALIMENTAÇÃO SUSTENTÁVEL. LT
<https://alimentacao-lt.aproder.pt/pt>



Beira Baixa - MEDEAT_BB – Rede Territorial para a Alimentação Sustentável e Equilibrada
<https://www.medeat-beirabaixa.pt/>



Oeste - PNAES OESTE
<https://www.pratocerto.pt/pnaes-oeste>



Beiras e Serra da Estrela - NHAM NHAM ! Por uma Alimentação Inteligente
<https://www.facebook.com/ProjetoNhamNham/>



Tâmega e Sousa - Pensar Global, Agir Local...à mesa
<https://www.pratocerto.pt/pensar-global-agir-local-a-mesa>



Região de Leiria - PASS - Promoção da Alimentação Saudável e Sustentável na Região de Leiria
<https://www.pratocerto.pt/pass-programa-de-alimentacao-saudavel-e-sustentavel-na-regiao-de-leiria>



Alentejo Central - Semear e Alimentar Local
<https://www.pratocerto.pt/semear-e-alimentar-local>



Alto Alentejo - Alimenta Sã - Alimentação sustentável e Circuitos Curtos Agroalimentares no Alto Alentejo
<https://alimentasa.pt/>



Alto Minho - AL4 Alto Minho - Promover a alimentação equilibrada e sustentável, a dieta mediterrânica e combater o desperdício alimentar no Alto Minho
<https://alimentacao.altominho.pt/pt/>



Região de Coimbra - “A comer é que a gente se entende!”
<https://www.facebook.com/acomerequeagenteseentende/>



Algarve - PRATO CERTO - Alimentação + Sustentável - PNAES Algarve
<https://www.pratocerto.pt/prato-certo-alimentacao-sustentavel-pnaes-algarve>

Terras de Trás-os-Montes - Promoção da Alimentação Saudável e Sustentável nas Terras de Trás-os-Montes
<https://alimentacaosaudavelttm.corane.pt/>



Área Metropolitana do Porto - Identidade Alimentar na AMP
<https://www.pratocerto.pt/identidade-alimentar-na-area-metropolitana-do-porto>



Viseu Dão Lafões - Identidade Alimentar em Viseu Dão Lafões
<https://www.pratocerto.pt/identidade-alimentar-em-viseu-dao-lafoes>



10. CONCLUSÃO

Num mundo em constante mudança e onde as crises se sucedem a um ritmo assustador, as pessoas e as comunidades estão cada vez mais a colocar no topo da sua agenda de prioridades os elementos mais simples e mais básicos da sobrevivência humana: qualidade de vida, alimentação, segurança e a necessidade de os desfrutar de forma calma e tranquila, na proximidade dos amigos e familiares. Este “back to basics” que a pandemia acelerou, mas que uma reação à industrialização desenfreada e ao capitalismo “selvagem” já tinham iniciado, trouxe novos habitantes para as zonas rurais, com novas ideias, experiências e sonhos, que se juntaram aos que por cá sempre estiveram e começaram a produzir novas formas e configurações de ruralidade. Neste contexto emergente, em que as famílias lêem com atenção as ementas semanais das escolas dos seus filhos, em que os trabalhadores levam a sua marmita cuidadosamente preparada para o trabalho, em que os filhos dos agricultores recuperam sementes dos seus bisavós e as cultivam em modos de produção sustentável, e em que os autarcas estão disponíveis para suportar o diferencial de introduzir nas cantinas refeições com produtos biológicos, produzidos localmente, neste contexto, dizíamos nós, as Estratégias de Desenvolvimento Local sustentado têm que estar atentas e antecipar as novas configurações que as comunidades rurais irão adotar nos próximos 10 ou 20 anos.

O propósito deste trabalho não é o de apresentar uma paleta de caminhos a seguir, mas tão somente lançar as questões e as pistas que possam desencadear o necessário debate que cada GAL deve realizar, mobilizando a sua parceria e todos os atores do território para processos de mudança social, económica e cultural que irão decorrer com uma velocidade nunca antes vista, e cuja superação apenas depende da nossa capacidade coletiva de as antecipar e de estarmos preparados para capitalizar o que de positivo surgir e mitigar o que de negativo se perspetivar.

A alimentação sustentável e tudo o que lhe está intimamente associado, constitui sem dúvida um dos eixos estruturais da construção da qualidade de vida das comunidades locais, pelo que será incontornável a necessidade de as EDL anteciparem necessidade e prepararem as mudanças necessárias para um processo de transição o mais tranquilo possível.

Mas uma das principais soluções para os desafios da alimentação sustentável é um chavão que nunca sai de moda: juntos somos sempre mais fortes e em cooperação conseguimos fazer ouvir a nossa voz coletiva mais alto e mais longe.



11. BIBLIOGRAFIA

APA (2021). Prevenção do Desperdício Alimentar. <https://apambiente.pt/residuos/prevencao-do-desperdicio-alimentar>

Comissão Europeia (2006). The LEADER Approach – A basic guide. <https://ec.europa.eu/enrd/sites/default/files/2B953E0A-9045-2198-8B09-ED2F3D2CCED3.pdf>

Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD). Nosso futuro comum. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1988.

Conselho Europeu e ao Conselho da UE (2020). "Do prado ao prato". https://commission.europa.eu/document/cac217cc-ca81-4d6b-abcf-d14343aefc5b_pt

Delgado, C. (Ed.). (2020). Alimentar Boas Práticas: da Produção ao Consumo Sustentável 2020. CICS. NOVA - FCSH - Universidade Nova de Lisboa. <https://quercus.pt/2021/07/09/ebook-alimentar-boas-praticas/>

FAO (2016). Food and Agriculture: Key to achieving the 2030 Agenda for Sustainable Development. <https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/2313foodandagriculture.pdf>

FAO (2018). Sustainable food systems: Concept and framework. <https://www.fao.org/3/ca2079en/CA2079EN.pdf>

FAO (2020). Food systems and value chains: definitions and characteristics. <https://www.fao.org/climate-smart-agriculture-sourcebook/production-resources/module-b10-value-chains/chapter-b10-2/es/>

FAO (2022). Tackling food loss and waste: A triple win opportunity. <https://www.fao.org/newsroom/detail/FAO-UNEP-agriculture-environment-food-loss-waste-day-2022/en>

Ferreiro (2020). Ferreiro MF, Salavisa I, Bizarro S, Soares M. O sistema alimentar em Portugal. Cidades. <https://journals.openedition.org/cidades/pdf/3026>

Fragoso, A. (2005). Desenvolvimento Participativo: uma sugestão de reformulação conceptual. Revista Portuguesa de Educação, 18 (1), 23–51. https://www.researchgate.net/publication/26465062_Desenvolvimento_Participativo_uma_sugestao_de_reformulacao_conceptual

Gregório, A. et al (2023) Relatório de Avaliação do Plano de Atividades 2018-2021 da Salvaguarda Regional da Dieta Mediterrânica. Associação In Loco. https://www.ccdr-alg.pt/site/sites/default/files/inline-files/20231102_Relatorio_PASDM_18-21_faseb_final.pdf

MAUSS, Marcel (2001), Ensaio sobre a dádiva, Lisboa, Edições 70, 52. https://ppgh.ufba.br/sites/ppgh.ufba.br/files/mauss_m_ensaio_sobre_a_dadiva.pdf

Ministério da Agricultura (2020). Terra Futura – Agenda de Inovação para a Agricultura 2030. https://www.gpp.pt/images/Terra_Futura/Brochura_Completa.pdf

Poeta, Ana (2017). Combate ao desperdício alimentar como contributo para o Desenvolvimento Local Sustentável. ESEC - Escola Superior de Educação de Coimbra. https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/18328/1/ANA_POETA_SIMOES.pdf

Proteína Verde (s.d.) Cultivar para o futuro: apostar em políticas mais sustentáveis. <https://proteina-verde.pt/cultivar-para-o-futuro>

Teixeira, F. (2014). Circuitos Curtos Agroalimentares em Portugal: estudo de casos. https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/9205/1/2014_ECSH_DEP_Dissertacao_Fl%C3%A1via%20Sofia%20Lopes%20Teixeira.pdf

Tribunal de Contas Europeu (2022). LEADER and community-led local development facilitates local engagement but additional benefits still not sufficiently demonstrated. <https://op.europa.eu/webpub/eca/special-reports/leader-10-2022/en/>

